

Encontros da literatura e da história na narrativa

Ivânia Campigotto Aquino (UPF)¹

Resumo: No texto *Encontros da literatura e da história na narrativa* apresento idéias a respeito do debate sobre a relação literatura e história, enfatizando a questão da narrativa, debate este que, embora antigo, tem sido ocupação de muitos estudiosos dessas duas áreas do conhecimento na atualidade. Uma das noções que embasam o estudo é a de que a literatura é uma representação, como também o é a própria historiografia, de forma que, cada época, com cada autor, vê o passado segundo seu próprio prisma. Outra noção é a de que a literatura, além de um fenômeno estético, é, também, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do movimento que o homem realiza na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo. Sendo assim, muitos historiadores a tomam como fonte de pesquisa. Mesmo que os literatos a tenham sempre produzido sem um compromisso com a verdade dos fatos representados, construindo um mundo singular que se contrapõe ao mundo real, é inegável que, através dos textos artísticos, a imaginação produz imagens, e o leitor, no momento em que, pelo ato de ler, recupera tais imagens, encontra uma outra forma de ler os acontecimentos constitutivos da realidade que motiva a arte literária.

Palavras-chaves: Literatura – História – Narrativa – Aproximações discursivas

A literatura e a história criam peças narrativas orientadas por um mesmo princípio: o de que uma história somente ganha o *status* da existência enquanto narração (ASSIS BRASIL, 2000, p. 7). Assim, romancista e historiador criam o passado por meio de suas peças narrativas. Digo **criam** porque o passado é o que dizem dele. É por isso que tomamos o passado como estandarte de tantas ideologias, e muitos romancistas procuram nele os motivos literários. Ocorre que “a história está sempre ali, a nossa espera com toda sua aliciante força. É possível entender essa escolha: o passado, por sua imprecisão, por seu contorno esfumado e suas lacunas, permite maior liberdade criativa. O presente, com suas circunstâncias visíveis, é um cárcere (ASSIS BRASIL, 2000, p. 8).

Disso resulta a representação literária do real, a qual é moldada no discurso. Nesse sentido, o texto ficcional, como o histórico, também constrói identidades. São identidades, portanto, o que

¹ Universidade de Passo Fundo, curso de Letras. ivania@upf.br

encontramos nos romances, as quais se formam na trajetória imaginada para cada personagem. Os romancistas fazem representações conforme teoriza Martinez Bonati:

a representação ou imagem funciona adequada e eficientemente só quando é confundida como seu objeto. A representação é uma entidade cuja eficiente atualidade, paradoxalmente, coincide com o seu colapso. Quando uma representação funciona como representação, ela não é entendida como representação, mas como o próprio objeto representado (Apud REIS; LOPES, 1988, p. 88).

A literatura e a história produzem narrativas de estatutos diferentes, mas com proximidades, especialmente em termos de recursos técnicos- narrativos. Constroem, pelos seus discursos, sentidos atinentes aos sujeitos históricos, às suas realizações, aos seus modos de vida. Partilham, portanto, a missão de atribuir significados à trajetória humana.

Por força dessas narrativas de diferentes dimensões, a real e a fictícia, o real sofre uma transfiguração, de realidade não lingüística para discurso. E isso é metaforização, um processo atuante no discurso historiográfico e no discurso ficcional que os aproxima e, por vezes, entrelaça suas fronteiras. Para Ricoeur (1997, p. 316), “a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra.” Compreensões teóricas desse nível atualizam os papéis da narrativa literária e da narrativa histórica no cenário cultural, indicando que ambas são discursos construídos a atribuir existência aos acontecimentos. Ao meu ver, essa existência se define pela visão do autor, a qual, por sua vez, é formalizada por meio do tratamento lingüístico dispensado ao objeto abordado. Fica, assim, conferido para as duas o mesmo nível de importância na função de registro da atividade humana.

No entanto, alguns fatores evidentes não permitem aceitar uma como substituta da outra nessa função. Um dos fatores é o fazer do romancista e o fazer do historiador, sendo que, este último, tem a busca da verdade como tarefa fundamental. Outro fator é a intencionalidade do texto, uma vez que a literatura resulta da livre interpretação dos fatos eleita pelo escritor, enquanto a história não pode se afastar das fontes de informações, que lhes conferem o estatuto de verdade, que resulta da objetividade à qual o historiador deve se prender ao expor o passado.

Essa objetividade, que é uma busca constante, compromissada, convive com a subjetividade do narrador histórico, a qual irrompe nas escolhas que faz - de fontes, de fatos, de recursos técnico-narrativos, de estrutura do texto. Nessas escolhas reside mais uma condição de aproximação com o narrador ficcional, uma vez que, no romance, por meio do discurso que organiza um enredo, se efetiva

uma representação semântica de um passado (real, imaginário ou os dois juntos), marcada pela perspectiva do autor.

A essa compreensão se relacionam as idéias de Roger Chartier (1994, p. 102), para quem

a História é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados científicos, se entendermos por isso, com Michel de Certeau a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem controlar operações proporcionais à produção de objetos determinados.

Em Roland Barthes (1987, p. 128) também encontramos a idéia de que a história é uma construção narrativa tanto quanto o é a literatura:

Os significados do discurso histórico podem ocupar pelo menos dois níveis. Há em primeiro lugar um nível imanente à matéria enunciada; este nível retém todos os sentidos que o historiador dá voluntariamente aos factos que relata; desta espécie podem ser as “lições”, morais ou políticas, que o narrador tira de certos episódios. (...). Como se vê, pela sua própria estrutura e sem que seja necessário fazer apelo à substância do conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou para ser mais preciso, imaginário, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante de um discurso (entidade puramente lingüística) 'preenche' o sujeito da enunciação (entidade psicológica ou ideológica).

Nessas palavras de Barthes, encontramos exposta uma importante condição da escrita, qual seja, a ideologia que conduz o texto. E ela já se manifesta nas escolhas que o historiador faz ao recolher material e ao expô-lo em sua narrativa – por exemplo: mais páginas para apresentar uma informação, menos para a outra; mais capítulos para um pequeno período de tempo e seus acontecimentos, menos capítulos para um longo período de tempo e seus acontecimentos. A ideologia que se manifesta no conteúdo é, portanto, uma seqüência da que já aparece na estrutura textual.

A ideologia, sempre buscada nas interpretações das narrativas ficcionais, servindo de caminho para caracterizar o autor, é, para esse estudioso, estruturante da narrativa histórica. Sendo assim, é elemento que aproxima a literatura da história.

Se pensarmos em diferenças, ligamo-nos a provas, a métodos e a propósitos, elementos que conferem estatutos próprios à literatura e à história. E se pensarmos em semelhanças, além do que já foi mencionado, ligamo-nos à questão da memória, “porque a memória do que acontece e a imaginação do que poderia ter acontecido correspondem a processos mentais equivalentes. Recordar é imaginar. E só passam a acontecer no ato criativo – palavras, imagens, escrita – que os transformará em significação”, explica Helder Macedo em “As telas da memória” (1999, p. 65).

Com a história e a literatura, estamos em contato, na verdade, com pontos de vista sobre uma determinada realidade. E, como afirma Carlo Ginzburg em *Relações de força* (2002, p. 43), “todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de

força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”.

Mesmo que seja função dos registros históricos sentenciar verdades sobre épocas, gerações humanas, fatos, grupos sociais, é fundamental a atuação dos escritores ficcionais para a formação do imaginário sobre tudo isso, como também para interpretar e questionar as imagens elaboradas pela história. Pela literatura nos chegam elementos para realizarmos uma rara discussão sobre a vida, ao mesmo tempo, sobre a importância das representações do real.

A visão de cada escritor sobre um tema nos vem pela conjugação de conteúdo selecionado e forma construída. E como disse Fredric Jameson (1992, p. 9), “A produção da forma estética deve ser vista como um ato ideológico em si próprio, com a função de inventar soluções imaginárias ou formais para as contradições sociais insolúveis.” Nesse sentido, os textos literários podem estar a serviço da história, confirmando-a, questionando-a, apontando suas lacunas. Contudo, ao mesmo tempo em que romances estão a serviço da história, é dela que se servem. Dessa relação resulta não só uma abordagem do conteúdo histórico, mas também uma forma estética.

Revisando os momentos em que os estudos literários abordaram sistematicamente a relação entre os textos de ficção e os textos de história, são notáveis estes períodos: estudos poéticos da Antigüidade, pesquisas estéticas do romantismo no século XIX, novas propostas teóricas gestadas ao longo do século XX e que se tornaram a opção teórica de muitos pesquisadores no final do século XX.

Vemos, então, que a história da discussão sobre a aproximação ou separação entre literatura e história remonta ao início da arte ocidental. Aristóteles em sua *Poética* explica que o ofício do poeta consiste em representar o que pode acontecer, ao passo que o do historiador é narrar o que efetivamente acontece. Deve, o poeta, atentar para duas exigências internas na produção de seu texto, quais sejam, a verossimilhança e a necessidade, estando isento de qualquer exigência externa ao texto, ou seja, a sua produção não se pauta por um compromisso com a verdade dos fatos narrados.

Observa ainda que a separação acontece não quanto à forma dos textos (em verso ou em prosa), mas quanto à natureza do seu conteúdo. Testemunhando uma prática de historiador que se revelava não uma teorização histórica, mas uma crônica de época, , porque se constituía de uma narração fragmentada de eventos, Aristóteles elegeu a poesia como superior à história por tender ao universal, o que a aproximava da filosofia e a tornava mais séria, enquanto a história voltava-se para o particular.

Até o século XIX, a literatura e a história eram entendidas como conhecimentos provenientes da mesma fonte, irradiações do mesmo foco de luz, um lugar que se definia por “interpretar a experiência,

com o objetivo de orientar e elevar o homem” (NYE apud HUTCHEON, 1991, p. 123). Com o advento da filosofia positivista, teóricos orientados pelos princípios desta linha de pensamento esforçaram-se no sentido de melhor esclarecer o objeto experiência, promovendo a separação da literatura e da história no campo teórico, identificando diferentemente seus objetos e seus métodos. Assim, argumentou-se que, por meio da história, se conheceria a verdade única dos fatos visitados pelo historiador. Sob essa concepção, a história foi apontada como única possibilidade de registro da realidade do passado, não sendo reconhecida essa capacidade na literatura; pelo contrário, fundamentou-se a visão de que o texto literário sobrevive como pura ficção. Esses teóricos conseguiram assegurar a te algumas décadas do século XX a noção de que literatura e história não se aproximam.

A teorização que propôs a separação dessas duas formas de conhecimento surgiu ignorando ou resistindo a produções literárias e históricas de sua época, o que fortificou a contestação a essa conceituação por parte dos teóricos posteriores. Nos estudos de White (1995) encontramos muitas evidências da real aproximação entre literatura e história, explicitando, por exemplo, os elementos poéticos que se manifestaram na redação da história daquele período.

Teóricos da atualidade preocupam-se com a sistematização dos limites dessa posição mencionada. Ao entendimento do entrelaçamento das fronteiras os escritos sobre o mundo real e sobre o mundo ficcional são fundamentais os questionamentos que se formam sobre o estatuto da história e as tentativas de compreender o papel social do historiador. P processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado à luz da experiência literária. Santos (1996, p. 19) afirma que muitos historiógrafos têm “sugerido que a historiografia deve utilizar-se das variações e criatividades que podem ser constatadas nos diversos níveis da narrativa literária. Desse modo, incorporaria no próprio texto discurso o caráter relativo inerente a todo conhecimento sobre o passado”.

De reflexões assim resultou a dúvida sobre a cientificidade da narrativa histórica, entendendo-a melhor como produtora de um conhecimento relativo sobre o real. Os teóricos colocaram em evidência a subjetividade que também se manifesta no texto histórico e a ocorrência de seleção e organização de fatos por parte do historiador, ações estas que implicam interpretação e, portanto, não são produto apenas da objetividade.

Para muitos teóricos de hoje, está claro que romance e livro de história são produções lingüísticas em prosa que resultam de uma transformação de eventos em fatos dotados de sentidos. Entendem que, “na vida humana, os eventos permaneceriam como massa amorfa caso não se transformassem, pela via do discurso, em fatos que comportam sentidos e são capazes de circular entre

os homens” (SANTOS, 1996, p. 122). Nesse sentido, a via do discurso, ponto de encontro das duas narrativas, permite tomar a ambas como possibilidades de conhecimento da história do homem, não permanecendo uma à sombra da outra: “O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas” (HUTCHEON, 1991, p. 122).

Ao analisarmos o texto de um romance encontramos nele características comuns em relação ao texto histórico, como explica Santos (1996, p. 16):

O romance, pelo fato de ser uma manifestação em prosa, de possuir um cunho narrativo e de consistir num discurso que incide sobre uma realidade vivida, recuperando aspectos da vida corrente, passa a dividir com a historiografia a função de organizar os fatos em uma ordem discursiva. (...), a forma prosaica eleita pelo romance, o caráter de painel de seu enredo, a caracterização de seus protagonistas, os eventos que eleger para contar, tudo isso o coloca mais próximo do historiográfico.

Tal proximidade é dada também pelo espaço comum em que ficção e história se moldam, qual seja, o espaço da experiência do vivido, portanto, é aceitável a idéia da influência mútua da literatura e da história. A investigação dessa influência nos revela cruzamentos entre ambas nas mais diferentes épocas. Temos um marco no século XIX - compreendido e valorizado somente a partir das últimas décadas do século XX – quando alguns romancistas chamaram a atenção dos historiadores sobre os esquecimentos em suas indagações sobre o passado. Balzac, por exemplo, referiu-se àqueles espaços de pesquisa não buscados pela historiografia:

Talvez eu pudesse vir a escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes. Com muita paciência e muita coragem teria realizado, sobre a França do século XIX, aquele livro cuja falta todos lamentamos, aquele livro que Roma, Atenas, Tiro, Mênfis, a Pérsia, a Índia, infelizmente não nos deixaram sobre as suas civilizações (apud GINZBURG, 1991, p. 191).

De fato, muitos romances, os chamados históricos principalmente, apresentam-se como formadores de visões sobre o passado de um povo e revigoram o entusiasmo de muitos historiadores na busca de novos objetos de investigação. Assim, o campo da literatura vem sendo aceito por muitos historiadores como espaço de pesquisa, onde encontram, dentre outros elementos, a importância de reconstituir também o passado de fatos cotidianos e de ações individuais, bem como a compreensão de que a investigação histórica é uma e não a única forma de se compreender o mundo.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. A ciência e a imaginação. In: AQUINO, Ivânia Campigotto. *Literatura e história em diálogo: um olhar sobre Canudos*. Passo Fundo: UPf, 2000.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papiros, 1997. v. 3
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. 1994. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 97-113, 1994.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987. p.121-130.
- MACEDO, Helder. As telas da memória. In: CARVALHAL, Tânia Franco; TUTIKIAN, Jane (Org.). *Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ Ufrgs, 1999.
- GINSBURG, Carlo. Micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GINSBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: UFSM, 1996.
- WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurêncio de Melo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.